Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

28.04.2022



Estatísticas Monetárias e de Crédito



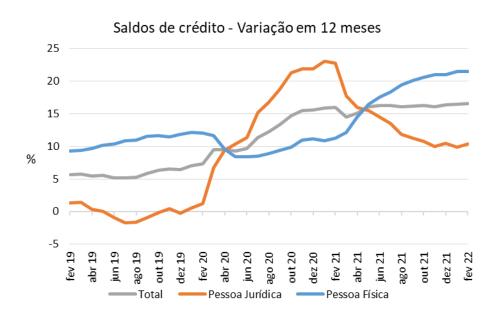
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em fevereiro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$13,6 trilhões (153,7% do PIB), com elevação de 0,5% no mês. A dívida externa declinou 4,6%, afetada pela apreciação cambial de 4,1%. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,6%, prevalecendo as elevações da carteira de empréstimos do SFN, 16,4%, e dos títulos de dívida, 13,5%.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$4,6 trilhões (51,7% do PIB), com redução de 1,0% no mês, influenciada principalmente pela diminuição de 4,7% na dívida externa. Comparativamente a fevereiro de 2021, a expansão de 7,8% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente os aumentos de 35,0% em títulos de dívida e de 11,0% na carteira de empréstimos e financiamentos do SFN.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,0 trilhões (33,7% do PIB) em fevereiro, com variações de 0,7% no mês e de 20,0% em doze meses, em função do incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O estoque das operações de crédito do SFN somou R\$4,7 trilhões em fevereiro de 2022, expansões de 0,8% no mês e de 16,6% em doze Por segmento, o meses. estoque de crédito empresas aumentou 1,0% em relação a janeiro e 10,3% relação ao mesmo período do ano anterior, ao totalizar R\$2,0 trilhões. No famílias, tocante às estoque de crédito somou R\$2,8 trilhões, com incrementos de 0,7% e de

21,4% nas mesmas bases de comparação.

O volume de crédito com recursos livres para pessoas jurídicas alcançou R\$1,3 trilhão em fevereiro, com alta de 1,9% no mês e de 17,5% em relação a fevereiro de 2021, registrando aceleração em relação ao ocorrido no mês anterior (16,6%). Esse desempenho mostrou-se disseminado entre as principais modalidades de crédito livre para o segmento, com destaque para as operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), antecipação de recebíveis de crédito, capital de giro com prazo superior a 365 dias, financiamento à exportações e financiamento para a aquisição de veículos automotores.

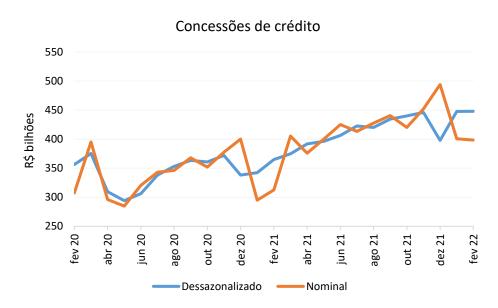
O volume de crédito com recursos livres às famílias atingiu R\$1,5 trilhão em fevereiro, com elevações de 0,5% no mês e 23,7% em doze meses. Entre as principais modalidades, sobressaíram-se os incrementos

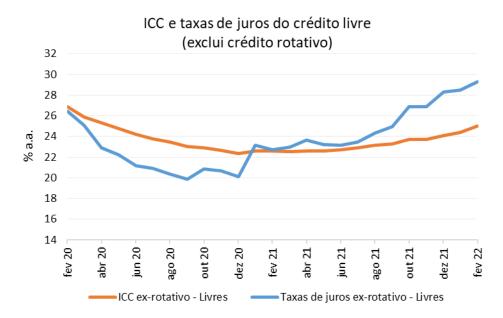
Estatísticas Monetárias e de Crédito



nas carteiras de crédito pessoal não consignado (2,4%), de cartão de crédito rotativo (9,7%) e de crédito pessoal consignado para servidores públicos (0,7%).

O crédito direcionado somou R\$1,9 trilhão em fevereiro, com incrementos de 0,4% no mês e de 10,8% em doze meses. Por segmento, o crédito direcionado apresentou comportamentos distintos, registrando contração no destinado às empresas (-0,6% no mês e -1,0% em doze meses) ao totalizar R\$ 674 bilhões, enquanto para o segmento de pessoas físicas o crédito direcionado manteve-se em expansão (0,9% no mês e 18,7% em doze meses), somando R\$ 1,2 trilhão.





As concessões nominais de crédito somaram R\$398,3 bilhões em fevereiro. Nas séries com ajuste sazonal, as concessões apresentaram relativa estabilidade no mês, com decréscimo de 1,4% nas contratações com pessoas jurídicas e, sentido em inverso, expansão de 3,4% nas contratações realizadas com pessoas físicas. No acumulado em 12 meses, houve variação de 23,5% nas concessões nominais.

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 19,4% a.a., elevando-se 0,4 p.p. no mês e 2,2 p.p. em 12 meses. No crédito livre não rotativo, o ICC situou-se em 25,3% a.a., com variações de 0,3 p.p. em fevereiro e de 2,7 p.p. em 12 meses. O spread geral do ICC aumentou 0,2 p.p. no mês, para 13,0 p.p., acumulando elevação interanual de 0,7 p.p.

A taxa de juros das concessões atingiu 25,7% a.a. em fevereiro, com incremento mensal de 0,4 p.p. e de 5,9 p.p. em doze meses. Em linha, o *spread* bancário das concessões situou-se em 16,8 p.p., assinalando incrementos de 0,6 p.p. e de 1,2 p.p. na mesma ordem.

Estatísticas Monetárias e de Crédito



Nas operações de crédito com recursos livres, a taxa de juros alcançou 36,5% a.a. em fevereiro, elevações de 1,2 p.p. no mês e de 8,4 p.p. em doze meses. Nas operações com pessoas jurídicas, a taxa de juros situou-se em 21,5% a.a. (+0,1 p.p. no mês e + 7,7 p.p. em doze meses), enquanto nas operações realizadas com pessoas físicas, as taxas de juros atingiram 48,1% a.a. (+1,8 p.p. no mês e + 8,0 p.p. em doze meses).

A inadimplência da carteira de crédito do SFN, que considera os atrasos superiores a 90 dias, permaneceu em 2,5% em fevereiro, mantendo-se estável no mês e aumentando 0,3 p.p. na comparação com o mesmo período de 2021. Esse desempenho resultou da estabilidade dos atrasos acima de 90 dias nas operações de crédito livre (3,3%) e da alta de 0,1 p.p. no crédito direcionado (1,4%).

3. Agregados monetários

A base monetária somou R\$402,2 bilhões em fevereiro, decréscimos de 3,8% no mês e de 2,2% em doze meses. No mês, papel-moeda emitido e reservas bancárias reduziram 0,6% e 15,5%, respectivamente.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, impactaram de forma contracionista as operações do Tesouro Nacional (R\$27,8 bilhões) e as com derivativos (R\$28,4 bilhões). No sentido expansionista atuaram as operações do setor externo (R\$6,2 bilhões), as com títulos públicos federais (R\$10,3 bilhões, resultado de colocações líquidas de R\$76,8 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$87,1 bilhões no mercado secundário), as operações de Redesconto e de Linhas de Liquidez (R\$18,1 bilhões, resultado de operações de redesconto, R\$174 milhões, e Linhas de Liquidez, R\$17,9 bilhões), e os depósitos de instituições financeiras (R\$9,9 bilhões, compostos por liberações de recolhimento de recursos de depósitos a prazo, +R\$7,2 bilhões; de depósitos voluntários a prazo, +R\$2,1 bilhões; de recursos do Proagro, +R\$309 milhões; de depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$255 milhões; e o recolhimento de recursos à vista não aplicados em operações de microfinanças, -R\$155 milhões).

Em fevereiro, os meios de pagamento restritos (M1) atingiram R\$592,6 bilhões, expansão de 0,4% no mês, resultado da elevação dos depósitos à vista, 1,1%, e da diminuição do papel-moeda em poder do público, 0,3%. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 avançou 0,9% no mês.

O M2 cresceu 0,8% no mês, totalizando R\$4,2 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança recuou 0,1% no período, somando R\$1,0 trilhão, após registrar resgates líquidos de R\$5,4 bilhões. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras avançou 1,3%, totalizando R\$2,6 trilhões, após captações líquidas de R\$14,7 bilhões nos depósitos a prazo. O M3 não registrou variação no período, totalizando R\$8,7 trilhões. O recuo de 1,0% no saldo das quotas de fundos do mercado monetário no período, que totalizou R\$4,2 trilhões, foi contrabalançado pelo aumento do M2. O M4 cresceu 0,3% no mês, totalizando R\$9,5 trilhões. Em 12 meses a variação alcançou 11,5%.